

ESCÂNDALO MASTER

Transferência para delatar

Ex-presidente do BRB deixa Presídio da Papuda e vai para o 19º Batalhão da PM, em mais um passo rumo à colaboração premiada

» RENATO SOUZA

Após avanços no acordo de delação de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, que já entregou a proposta de colaboração, agora é a vez do ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa, que deixou ontem o Presídio da Papuda e vai ficar numa sala de estado-maior no 19º Batalhão da Polícia Militar, conhecido como Papudinha. A transferência foi autorizada pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão do magistrado é um passo importante para viabilizar as tratativas do executivo com as autoridades que atuam na Operação Compliance Zero.

A ordem de Mendonça ocorreu após manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) e atendeu a um pedido dos advogados de Costa. Na Papudinha, ele terá maior facilidade de contato com os investigadores da Polícia Federal, assim como será mais viável que preste depoimentos para contar o que sabe. A outra opção de transferência seria a Superintendência da Polícia Federal. Porém, lá está Daniel Vorcaro, apontado como uma das lideranças do esquema envolvendo as fraudes.

Os investigadores trabalham com a hipótese de desvendar o caso sem as colaborações, tendo em vista o avanço das diligências nos últimos dias, especialmente em relação a buscas realizadas contra o senador Ciro Nogueira (PP-PI). Mensagens apreendidas durante a Operação Compliance Zero, que também apura fraudes envolvendo o Banco de Brasília (BRB), ajudaram a entender o esquema, inclusive o papel de autoridades com foro por prerrogativa de função.

No entanto, as delações podem

Ed Alves/CB/DA Press



Paulo Henrique Costa, ex-presidente do BRB, foi preso por agentes da Polícia Federal em 16 de abril e levado para o complexo da Papuda

ser relevantes para a conclusão de um inquérito mais robusto. A Polícia Federal pedirá a prorrogação das investigações, a fim de aprofundar as informações do caso. Ainda falta avaliar o conteúdo encontrado em seis celulares de Daniel Vorcaro, que manteve conversas com diversos políticos e empresários.

"Andar de cima"

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, afirmou,

ontem, que a corporação atua contra o "andar de cima" do crime organizado, no caso do Banco Master. Ele fez as declarações ao ser questionado sobre a operação que mirou Ciro Nogueira.

"É um processo que tramita em sigilo e tem todas as etapas ali (caso Master). Mas é mais um trabalho que a Polícia Federal cumpre ao dito andar de cima do crime organizado, e nós vamos seguir colhendo provas, fazendo análises e encaminhando ao

Poder Judiciário as nossas conclusões", disse ele, em entrevista coletiva, durante cerimônia de formação de 600 novos policiais federais, em Brasília.

Rodrigues negou que a ação contra Ciro Nogueira tenha sido feita para pressionar Vorcaro, que tenta a delação premiada. O diretor-geral da PF afirmou ainda que, caso o conteúdo da colaboração do ex-banqueiro não seja satisfatório para a investigação, ela será negada.

"Não vou entrar no mérito, pois desconheço os termos de delação eventualmente em curso. Mas a delação segue um fluxo legal. Ela tem todos os elementos para ser válida, ser aceita pela Polícia Federal ou pelo MPF e depois validada pelo Poder Judiciário. Se ela não atender esses quesitos, ela não é válida, e o processo segue seu curso", completou.

Leia mais sobre a operação contra Ciro Nogueira na [página 4](#)

Caso BRB no STF

» MILA FERREIRA

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) vão decidir em plenário sobre o uso de imóveis públicos como garantia para socorrer o Banco de Brasília (BRB), impactado pelas fraudes do Banco Master.

A decisão seria tomada em julgamento virtual, que chegou a se iniciar ontem, mas o ministro Flávio Dino pediu destaque. Dessa forma, os magistrados definirão caso no plenário físico da Corte, em data a ser definida.

Os ministros vão analisar a decisão do relator do caso, o presidente do STF, Edson Fachin, que votou pela suspensão da liminar concedida pelo desembargador Rômulo de Araújo Mendes, em que foram barrados os trechos da Lei nº 7.845/2026 que permitiam o uso de imóveis públicos do Governo do Distrito Federal (GDF) como garantia para empréstimos tomados pelo BRB para capitalizar o banco.

Fachin suspendeu a proibição do uso dos imóveis, mas a decisão monocrática do ministro agora será submetida ao plenário da Corte.

No pedido ao STF para ser autorizado a vender os bens, o Distrito Federal sustenta que a decisão da Justiça de Brasília ocasiona grave lesão à ordem administrativa, ao interferir diretamente no exercício das competências constitucionais do Poder Executivo e neutralizar os efeitos concretos de lei regularmente aprovada pelo Poder Legislativo local e sancionada pelo chefe do Executivo.

Diogo Zacarias/MF



Ceron: sem aval da União, ninguém emprestará ao GDF devido à situação fiscal do Distrito Federal

Ajuda ao banco seria "complexa"

» RAFAELA GONÇALVES

Sem o aval do Tesouro Nacional, o Governo do Distrito Federal (GDF) não terá acesso a novos empréstimos para socorrer o Banco de Brasília (BRB), afirmou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron. Segundo ele, uma eventual garantia da União dependeria da criação de uma exceção às regras fiscais em vigor, hipótese que classificou como "complexa".

A deterioração das contas públicas do DF é apontada como um dos principais entraves para a capitalização do BRB. O banco precisa de aportes bilionários para cobrir perdas decorrentes da compra de carteiras de crédito consideradas de alto risco, enquanto o GDF enfrenta limitações orçamentárias agravadas pelo rebaixamento de sua capacidade de pagamento junto ao Tesouro Nacional.

"Hoje, o GDF não tem capacidade de fazer uma operação de crédito sem aval do Tesouro; e, sem o aval do Tesouro, ninguém vai dar crédito para o GDF, pela situação fiscal que ele tem. Mas, hoje, não tem como (o Tesouro) dar o aval.

Teria de ser feito algum tipo de exceção", disse Ceron, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo.

Atualmente, o DF possui nota C na Capacidade de Pagamento (Capag), indicador calculado pelo Tesouro Nacional para medir a saúde fiscal de estados e municípios. Para contratar novos empréstimos com garantia da União — condição considerada essencial para viabilizar o socorro ao BRB —, o DF precisaria elevar sua classificação para A ou B.

Na prática, a nota C sinaliza fragilidade fiscal e impede que o Tesouro atue como garantidor em operações de crédito de grande porte, como as necessárias para cobrir o rombo bilionário do banco público distrital.

As declarações de Ceron ocorreram em meio à pressão do DF por uma solução para as perdas ligadas às operações com o Banco Master. O secretário, no entanto, buscou afastar a ideia de uma decisão política do Palácio do Planalto sobre salvar ou não a instituição. "Não tem nenhuma decisão, hoje, de ajudar ou não ajudar. Mas isso não é um problema do governo federal, é um problema do GDF", afirmou.

Fundo Constitucional

Na avaliação de Ceron, a operação só avançaria com a apresentação de garantias robustas. Entre as alternativas discutidas está o uso do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) como contragarantia complementar aos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

"É uma garantia robusta, que, se for acionada, vai doer para o GDF; mas que é ótima, porque serve como incentivo para que as operações sejam pagas corretamente", afirmou. Ele enfatizou que o tema ainda está em estágio inicial e que não há negociações formais em andamento. "Essa discussão está em caráter absolutamente embrionário, não há nenhum tipo de tratativa sobre o assunto."

Sem acesso ao aval direto da União, o GDF articula alternativas para viabilizar a capitalização do BRB. As possibilidades em discussão surgem em meio ao risco de intervenção do Banco Central e até de privatização da instituição, caso o banco não consiga recompor seu capital.



Boletim informativo das Organizações PaulOOctavio

EDIÇÃO Nº 1052 | ANO 51

10 DE MAIO DE 2026 | BRASÍLIA/DF






DIA DAS MÃES

SHOPPINGS PO OFERECEM PRÊMIOS, EXPERIÊNCIAS E HOMENAGENS

Quem ainda não comprou o presente do Dia das Mães tem a chance de aproveitar as campanhas especiais nos empreendimentos das Organizações PaulOOctavio. Em Brasília, Taguatinga e Águas Claras, os shoppings prepararam ações promocionais que valorizam a pluralidade das mães e fortalecem momentos em família.

No Brasília Shopping, a cada R\$ 700 em compras, os clientes concorrem a um Jeep Renegade Longitude 0 km. No **Taguatinga Shopping**, além da tradicional campanha com colecionáveis inspirados na arte de Athos Bulcão, os consumidores participam de sorteios de vouchers do Madero e de um Citroën Basalt 0 km.

O Manhattan Shopping estreia sua primeira grande campanha promocional com sorteios semanais de bicicletas elétricas, reforçando o estilo de vida moderno e sustentável de Águas Claras. No **JK Shopping**, os clientes ganham kits exclusivos da Natura e ainda concorrem a R\$ 30 mil em vale-compras. E no **Terraço Shopping**, além da promoção "Compre e Ganhe", a programação inclui atividades especiais de bem-estar ao ar livre, em parceria com a academia Julio Adnet, criando experiências voltadas ao cuidado, à conexão e à celebração.

www.paulooctavio.com.br